



Tiranas Impressões – O Documentário Radiofônico como resgate histórico do jornalismo regional durante o Regime Militar¹

Daniele Saifert Picoli²

Estela Maria Hoffmann²

Vera Lucia Spacil Raddatz³

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ

Resumo

Resgatar a memória de um povo é manter viva sua historicidade e etnografia. Sem memória, um povo perde sua identidade e esquece do seu contexto social. O gênero radiofônico constituiu-se então, como um importante instrumento para o resgate e manutenção da história e da memória de um povo, uma vez que utiliza a voz como matéria-prima, se constitui como mídia de massa e tem fácil acesso ao público. A Comunicação Social possui essa responsabilidade: reconstituir e perpetuar o contexto social das sociedades, para que estas se reconheçam no seu meio. Baseado neste fundamento, este texto apresenta a importância da preservação de memórias para a perpetuação da história de um povo, trazendo um relato sobre a produção de um documentário radiofônico que resgata a memória do jornalismo em duas cidades da região noroeste do Rio Grande do Sul durante o período do Regime Militar.

Palavras chave: Rádio, Memória, Jornalismo, Regime Militar, Censura.

1. Introdução:

O Regime Militar no Brasil calou muitas vozes e tirou do povo civil o seu direito à liberdade de expressão. O período, conhecido por ter gerado um grande crescimento econômico, concentrou também uma ditadura que impunha normas de um sistema que excluía os cidadãos da participação política, numa situação opressora que não só reprimia, mas violentava e ignorava os princípios fundamentais dos Direitos Humanos.

Nesse ostensivo contexto, a imprensa teve o seu principal objetivo prejudicado: a divulgação da verdadeira informação. Veículos foram censurados e até mesmo fechados, repórteres foram silenciados, notícias foram proibidas, jornalistas foram perseguidos e o povo brasileiro permaneceu excluído, sem tomar conhecimento de informações importantes para o

¹ Trabalho apresentado ao NP Rádio e Mídia Sonora, do Intercom Júnior)

² Alunas do Curso de Comunicação Social- Habilitação em Jornalismo, na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí (daniele.picoli@hotmail.com e estela_hoff@hotmail.com)

³ Professora Orientadora (verar@unijui.tche.br)

momento. A realidade vivida no país foi então transcrita pelos jornais de forma distorcida. Segundo as palavras da Arquidiocese de São Paulo, no livro *Brasil Nunca Mais*, a imprensa foi amordaçada pela censura.

(...) entre as inúmeras ferramentas legais utilizadas pelo Regime para complementar o campo de repressão garantido pela LSN (*Lei de Segurança Nacional*), ocupou papel de destaque a Lei da Imprensa, de fevereiro de 1967, que cerceava gravemente o direito de informar. Apesar da existência dessa lei específica, regularmente aplicada contra profissionais de imprensa que divulgavam críticas ou notícias incômodas às autoridades, foi muito freqüente a exacerbação do procedimento acusatório, que deixava de lado a Lei da Imprensa para invocar a Lei de Segurança Nacional. (Arquidiocese de São Paulo, 1985, p.144).

Essa repressão aconteceu em todas as regiões do país. De capitais e metrópoles a pequenos distritos e cidades do interior, todos os meios de comunicação sentiram, de alguma forma, os efeitos da Ditadura Militar. Os veículos que se adequaram à ideologia política do país não foram censurados e continuaram seu trabalho beneficiando o sistema. Porém aqueles que mostravam certa resistência, logo sentiram a pressão dos militares.

No interior do Rio Grande do Sul, a realidade não foi diferente. Muitas redações foram submetidas a censuras prévias que impossibilitaram a divulgação de certos acontecimentos. Mas, com o passar dos anos, a memória desse tempo vai sendo esquecida. Já se somam 24 anos do fim do Regime Militar e as ações de resgate das vivências são tão tímidas que não dão conta de todo o aparato histórico que já se perdeu dentro da imprensa nacional e regional.

2. A memória humana como (re)construção da história :

A cada novo dia, as testemunhas da história vão envelhecendo e levando consigo relatos que se constituem como valiosos instrumentos de preservação da memória, a partir das experiências empíricas. Fica documentado, somente o que já existe de conhecimento científico. E as narrativas capazes de reconstruir acontecimentos demonstrando particularidades, peculiaridades e informações que o texto escrito seria incapaz de retratar, são enterradas. Assim, sobrevive apenas o conhecimento teórico, limitando o acesso do senso comum a um dos períodos mais marcantes da História do Brasil.

Sem a preservação das vivências antigas, se anula parte da etnografia local e reduz a humanização da história. Por consequência, isso acaba por aumentar a lacuna cultural

existente entre os níveis de instrução, diferenciando cidadãos e contribuindo para uma adição nos índices de exclusão social.

Desta forma, é claramente perceptível a relevância de se preservar a memória empírica, transpondo-a para um meio de comunicação que seja capaz de atingir a um maior número de receptores, a fim de disseminar a história de seu povo. Essa constatação não se deu ao acaso. Hoje, a incorporação da linguagem oral surge como fonte histórica, uma alternativa contemporânea para arquivamento de informações, inclusive as empíricas.

No jornalismo, as fontes orais são e, de certa forma, sempre foram reconhecidas como a base da credibilidade das informações disseminadas. Elas conferem veracidade ao conteúdo, detalhamento e colaboram para a busca da tão pretendida objetividade jornalística. No caso da história, a oralidade, que até bem pouco tempo não servia como documentação, hoje já vem apresentando caráter científico e aceitável como registro histórico na pesquisa social. Essa perspectiva vem se alterando à medida que se verifica a necessidade de renovação e humanização da História.

O que, em cada momento histórico é tido como verdade, aceito como norma moral, buscado e prestigiado como valor, feito, e feito de maneira determinada, é fruto desse momento. Leva a sua marca. Responde às necessidades nele sentidas. Expressa o avanço a que o pensamento nesse momento chegou, as possibilidades de que a tecnologia nele dispunha, e está condicionado por esse avanço e possibilidades. (HENGEMÜLE, 2004. p.53)

A História, e principalmente a pesquisa social na área de comunicação, têm buscado elementos para o resgate de dados históricos na oralidade. Embora haja alguns questionamentos quanto à legitimidade desse processo, é muito importante esse tipo de registro na descrição de momentos e fatos passados para a permanência da contextualização já vivenciada. Uma forma que (acredita-se) tende a crescer, à medida que a mera narração conhecida nos livros de história não consegue atingir níveis de subjetividade. Quando o leitor tem acesso a um depoimento de uma testemunha, acontece um fator de identificação e o imaginário passa a se relacionar com o fato e criar uma realidade alternativa, mais sensível.

A linguagem deve ser vista como o modo por excelência de agirmos no mundo, isto é, de interagirmos socialmente em uma sociedade. Ela é constitutiva, tanto da realidade, enquanto estabelece o horizonte da possibilidade de nossa atuação no real, quanto de nossa compreensão dos

contextos sociais de que participamos. (HABERMAS APUD GOMES, APUD FETTER, 2002. p. 86)

No caso do resgate da atuação da imprensa durante o Regime Militar, nota-se uma possibilidade de voltar a especificidades vivenciadas na época, reconstituindo aquilo que as futuras e presentes gerações não teriam acesso. Um período que marcou profundamente e que continua refletido na atuação da imprensa hoje.

Para realizar esse resgate, uma metalinguagem se faz necessária. Um meio falando de outro meio. Ou seja, para alcançar a transposição de uma história do passado, para um relato no presente, com grande capacidade de atuação entre receptores, é necessário um veículo de comunicação atual, para contar uma história vivida por outros veículos. Desse modo, é possível remontar uma pequena faceta da história midiática que inicia, há mais de 40 anos, a construção de uma tão sonhada liberdade de expressão.

A história da imprensa, afinal, é a história da comunidade porque, através das crônicas, das seções, dos noticiosos, dos bate-bocas de órgãos rivais, o que brota de forma cristalina, é a realidade palpitante (...). Por isso, entendemos que a relembração de jornais grandes e pequenos, sérios ou pueris, é algo de útil no resgate da memória de qualquer povo". FERNANDES, APUD PONTES e GADINI. p.13)

Analisar a imprensa contribui para a salvaguarda deste processo e a oralidade passa a ser vista como fator fundamental para reconstituição da história e da cultura de um povo.

Assim, não há dúvidas quanto à relevância da permanência da memória, para a humanidade. Porém há uma deficiência muito grande no cerne dessa nova perspectiva. Entre a grande massa populacional, não há uma preocupação em manter viva a memória, pessoas morrem todos os dias, com contos extraordinários dentro de si. Bertolt Brecht, citado por Moreira (<http://www.igutenberg.org/radio25.html>) resume esse pensamento em simples palavras: "Um homem que tem algo a dizer e não encontra ouvintes está em má situação. Mas pior ainda estão os ouvintes que não encontram quem tenha algo a dizer-lhes" e são os comunicadores que devem encontrá-los, os que tem algo a dizer e os ouvintes para ouvi-lo.

São poucos os documentos, impressos e guardados, que podem servir de base para a pesquisa e esses poucos, ainda ilhados em bibliotecas onde apenas uma mísera parcela da população pode acessar. É aí que entra a importância do trabalho dos interessados na manutenção da memória. Destaca-se aqui, o trabalho dos jornalistas, ou comunicadores em

geral que, utilizando recursos técnicos da sua área, podem e devem reconstituir e perpetuar o contexto sócio-cultural das sociedades, para que esta se reconheça no seu meio. E, além disso, podem difundir esses conhecimentos a um grande número de receptores, através dos meios de comunicação.

3. O Rádio como instrumento de socialização de memória, história e cultura

O gênero radiofônico é um importante instrumento para o resgate e manutenção da história de um povo, uma vez que se constitui como mídia de massa e de fácil acesso ao público. Sendo observado como um meio de comunicação que perpassa toda a heterogênea cultura nacional e se insere nas mais diversas camadas sociais, o rádio possibilita infindas mediações no espaço multicultural brasileiro, sem exigir conhecimentos pré-estabelecidos para decodificação das mensagens. Esse meio rápido e instantâneo é capaz de popularizar assuntos e alcança assim, uma maior identificação entre as classes, podendo atingir um maior número de receptores. Além disso, “O aparelho de radio está presente na casa de nove, de cada dez brasileiros” (MARTINS, 2005.p.106).

Nessa conjunção, vale ressaltar que a voz é a matéria-prima do produto consumido pelos ouvintes de rádio e os depoimentos de uma história são recontados por meio dela. Segundo o Manual do Radialista que cobre Educação, do Ministério da Educação (Mec), “A voz no rádio funciona como um estímulo pessoal, desperta interesse e lança novas informações. Apesar de sua principal função ser o entretenimento, o rádio pode transmitir notícias, chamar a atenção do ouvinte, estimular ações e reações, além de conscientizar a audiência”(1997).

Exatamente por essas características fundamentais é que o rádio serve como eficaz meio para a difusão da memória empírica humana. Utilizando-o como instrumento para resgate da memória, o rádio traz a possibilidade de, a partir de depoimentos de experiências, introduzir temáticas do passado, tornando possível, assim, o reconhecimento de fatos históricos. Trazê-los para o presente cria a possibilidade de uma melhor compreensão do contexto social vivenciado atualmente.

Desse modo, utilizar o gênero radiofônico como meio para resgatar depoimentos e relatos de pessoas que experienciaram a Ditadura Militar é um dos fatores positivos para a

documentação humana desta memória, inclusive, conscientizando os ouvintes da sua própria história. O documentário radiofônico é um precioso instrumento para esta documentação.

A principal vantagem do documentário sobre a fala direta é tornar o tema mais interessante e mais vivo ao envolver um maior número de pessoas, de vozes e um tratamento de maior amplitude. É preciso entreter e ao mesmo tempo informar, esclarecer e também estimular novas idéias e interesses. (MCLEISH, 2001, p.192)

Considerando a relevância do documentário no meio radiofônico, é que o componente curricular de Radiojornalismo III, na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, propõe, todos os anos, que os alunos produzam um documentário radiofônico para a disseminação de uma temática relevante para a sociedade. Foi aí que surgiu a idéia de realizar a documentação de como foi o trabalho de jornalistas em jornais impressos, durante o período em que o Brasil era conduzido pelo Regime Militar, na região em que a Universidade se insere. As cidades de Ijuí e Ajuricaba foram as escolhidas pela procedência das autoras e pelo conhecimento de significativos veículos atuantes no citado momento.

A partir de pesquisa, planejamento e viabilidade da temática foi decidido o enfoque do documentário: resgatar experiências de jornalistas atuantes na mídia impressa nas duas cidades e relacioná-las com a visão de um militar e um historiador. Foi então que se decidiu o título: “Tiranas Impressões – Um Resgate da mídia impressa regional nos anos de repressão do Regime Militar”.

4. O Documentário Radiofônico como Resgate da Memória do Jornalismo Local nos Tempos de Repressão – Relato de uma experiência regional

Após uma ampla pesquisa, notamos a necessidade do resgate da memória local para recontar o que se vivenciou entre 1964 e 1985. Partindo da macro história, para o micro regional, buscamos então, o enfoque de como era fazer jornalismo no período Militar na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, mais especificamente nas cidades de Ajuricaba e Ijuí Sob a ótica e experiência de dois jornalistas, um historiador e um militar, e a partir de seus depoimentos no Documentário Radiofônico “Tiranas Impressões – Um Resgate da mídia

imprensa regional nos anos de repressão do Regime Militar”, realizamos uma reconstituição do período histórico, ressaltando a experiência que cada um teve na sua área de atuação⁴.

4.1 A Pesquisa histórica

Para a elaboração do Documentário Radiofônico, assim como em qualquer trabalho jornalístico, a primeira atitude a ser tomada é a realização de uma pesquisa e análise acerca da relevância do tema. Primeiramente realizamos uma pesquisa histórica, para desta forma, contextualizar o período tanto no âmbito nacional e estadual, como local. A pesquisa histórica contribuiu para a melhor compreensão de fatos importantes e marcantes da época, além de relacionar o contexto político com todos os outros episódios que compunham o cenário histórico.

4.2 Regime Militar

As influências mundiais da Guerra Fria nos Estados Unidos repercutem diretamente no Brasil, vivia-se mundialmente um clima de medo, uma aversão ao comunismo. Paralelamente, o governo de João Goulart (1961-1964) no Brasil, fortaleceu as organizações sociais. A partir disso, surgem as Reformas de Base, a União Nacional dos Estudantes e as Ligas Camponesas. Isso causa a preocupação das classes conservadoras como, por exemplo, os empresários, banqueiros, Igreja Católica, militares e classe média, que temiam uma guinada do Brasil para um golpe comunista.

Então, em 31 de março de 1964 o comandante militar General Olímpio Mourão Filho, propõe a derrubada do governo de João Goulart. Logo recebe o apoio de outros militares, como Carlos Lacerda e Ademar Barros, que junto às forças militares, iniciam a imposição de um regime militar no cenário político brasileiro para conter as manifestações populares. Cai por terra a República Populista e entra em cena a Ditadura Militar.

Foram ao todo, 21 anos de Regime Militar, um período marcado pela repressão, com prisões, torturas, censura e exílio. Um período, que por outro lado, teve um grande crescimento econômico. Com investimentos internos e empréstimos do exterior, o Brasil avançou e estruturou setores da economia, realizando assim, o chamado Milagre Econômico.

Porém, contrariando todo o desenvolvimento nacional ocorrido no momento, foram instaurados Atos Institucionais que defendiam os interesses do governo tirano. Cinco Atos

⁴ Não se toma este trabalho como verdade absoluta e inquestionável, mas como um documento científico, elaborado a partir de relatos de experiências do Período Militar. Ressaltando, ainda, que são interpretações de um número representativo de testemunhas e não necessariamente compartilham a opinião de todos.

que garantiam ao governo a prepotência frente à população civil brasileira, sendo o AI-5 o pior deles. O Ato Institucional nº 5 exterminou o Congresso, silenciou e excluiu toda a sociedade civil do processo político, mostrando a falta de escrúpulos do governo. Nesse conturbado contexto é também lançada a Lei da Imprensa, que exercia uma censura prévia aos meios de comunicação, impedindo-os de noticiar verdades sobre acontecimentos políticos em todo o território brasileiro. Em dez anos de vigência do AI-5, a censura proibiu cerca de 400 peças de teatro, 200 livros, milhares de músicas e a população foi privada de incontáveis quantidades de notícias e informações.

4.3 Imprensa no Regime

Neste contexto nota-se que a imprensa tinha dois caminhos: se render às normas do sistema ou se opor ao intransigente regime militar. A imprensa que apoiou o governo omitiu informações, mas não sofreu fortes pressões. Mas, a imprensa de oposição, que ficou conhecida como Imprensa Alternativa, foi perseguida e permanentemente censurada pelo Regime. Conforme Kucinski, “O aparelho militar distinguia os jornais alternativos dos demais, perseguindo-os e submetendo, os que julgava mais importantes, a um regime especial, draconiano, de censura prévia” (2003. p. 14).

No interior do estado do Rio Grande do Sul, durante o regime militar, existiram na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, nas cidades de Ijuí e Ajuricaba, diversos veículos de comunicação que presenciaram a repressão do período. Para manter viva a história da imprensa regional nos anos do regime militar, nos atemos a dois jornais impressos: “O Ajuricaba”, organizado por Oldemar Hoffmann em Ajuricaba, no ano de 1979 e “O Correio Serrano” em Ijuí, no qual o jornalista Ademar Campos Bindé trabalhou por um longo período. A partir desses nomes, começamos a pesquisa de como era o fazer jornalístico durante a Ditadura Militar, para a elaboração do documentário radiofônico, eles foram os primeiros entrevistados.

4.4 Descrição Documentário

Iniciamos o Documentário Radiofônico “Tiranas Impressões – Um Resgate da mídia impressa regional nos anos de repressão do Regime Militar” com sonoras e músicas que representavam o período vivido no Brasil e no mundo, com a finalidade de uma contextualização histórica. As sonoras foram extraídas de diversos arquivos e acervos de áudio e vídeo, representando a ditadura militar (marcha de soldados), a imprensa (barulho de

impressão), além da locução de palavras que marcaram o período como: “Censurado”, “Extra-Extra”, entre outras. Não deixamos de lado também as frases polêmicas ditas por nossos entrevistados nos seus depoimentos.

A intenção nesta introdução foi de causar impacto e chamar a atenção do ouvinte. Por meio das sonoras, o público pôde se situar no contexto da Ditadura Militar no Brasil e compreender o que significou o período para seu país. Além disso, com essas sonoras conseguimos dar ritmo ao documentário, o que se tornou um recurso para atrair os ouvintes. Vale ressaltar que o documentário pretende abranger um número considerável de receptores e, dessa forma, uma linguagem impactante, não tão formal, mas nem por isso menos informativa, se faz necessária.

Para contextualizar a época histórica, utilizamos a entrevista concedida pelo Professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, Hilário Barbian. As falas do professor (re)confirmam o que foi proposto por meio das sonoras captadas anteriormente. Além disso, trouxe informações importantes, o que propiciou uma maior credibilidade do relato científico sobre o assunto.

Barbian falou sobre o contexto histórico do Brasil vivido na época e explicou todas as implicações políticas e históricas que resultaram no Golpe Militar em 1964, quando os militares tomaram o governo de João Goulart. Descreveu ainda as ações nos 21 anos de regime. “em linhas gerais, nós tivemos esses 21 anos que representou um período onde o povo foi desalojado, não pode mais participar, onde se fez uma despolitização para valer e onde os problemas da sociedade não eram para ser discutidos”.⁵

Aproximamos os fatos políticos acontecidos no Brasil, o início da ditadura militar, com a realidade regional. Isso foi possível a partir de um recorte nas falas dos entrevistados, em que eles citavam o contexto local, tanto na história como na imprensa. O professor Hilário Barbian fez a relação dos fatos ocorridos no país e a vivência dos mesmos em Ijuí. Já os jornalistas, cada um partindo de sua experiência profissional, falaram sobre como esse período se refletia em seus trabalhos diários.

Contamos também, com o depoimento de um militar, Adalberto Corrêa, que na época do Regime trabalhava como cabo na Brigada Militar. Notamos que o posicionamento de Corrêa era altamente conservador, evidenciando que, na sua opinião,

⁵ Entrevista pessoal realizada em 09/05/2006

O Regime Militar foi um regime de respeito, onde os cidadãos tinham segurança de andar pelas ruas, sem temer a ataques de violência e criminalidade, muito diferente do que vemos hoje. Não era, como vocês dizem, uma Ditadura. Foi um regime de organização. Ditadura foi aquilo que nosso presidente Getúlio Vargas realizou no Brasil.⁶

Porém, a fala de Corrêa mostra que os militares cumpriam as ordens de defender o Regime Militar e evitar a dita subversão e que isso ainda permanece na sua cultura.

A realidade vivida pelo jornalista Ademar Bindé, no jornal “O Correio Serrano”, um veículo que se posicionava a favor do Governo Militar, mostra que a repressão era mais evidenciada nos meios contrários ao sistema. Sob sua visão, a repressão acontecia mais em âmbito estadual nos grandes jornais, e menos refletida no interior do estado. Quanto à censura, Bindé citou apenas a emissora “Rádio Progresso” de Ijuí, que teve seus trabalhos interrompidos por mais de 20 dias, devido ao fato de que “as pessoas da direção, ou pessoas ligadas à direção, eram mais simpatizantes da oposição àquela situação dos militares. Então eram mais visadas”⁷ explicando o motivo da pressão sofrida. No caso, por exemplo, do ‘O Correio Serrano’, ele explica que a direção era do partido mais conservador, o mesmo dos militares, e por isso, agia de acordo com as normas instituídas, não sentindo então, a censura no seu dia-a-dia profissional.

Já Oldemar Hoffmann, jornalista do jornal “O Ajuricaba”, assim como outros jornais da época, foi censurado em algumas matérias e, em função disso, passou a ser observado pelos militares. Anunciantes já o evitavam e o apoio do poder público municipal para o jornal foi cortado. Não tendo mais condições financeiras para continuar seu trabalho, o periódico resistiu apenas seis meses após a primeira edição. Hoffmann conta que “naquela época, de 64 pra frente, ou a pessoa ficava em silêncio, dizia que não tinha nada a ver com o negócio, escondia as mãos, escondia tudo o que tinha, ou era cassada. Então foram sumindo todas aquelas pessoas que se manifestavam contra o Regime”⁷. Para Hoffmann as pessoas eram coagidas a não apoiar órgãos que contrariavam o governo.

⁶ Entrevista pessoal realizada em 11/05/2006

⁷ Entrevista pessoal realizada em 02/05/2006

Outra opção para o roteiro se manter atrativo, foi a inserção de relatos de censuras sofridas na época pelos periódicos regionais. O fato mais marcante das entrevistas aconteceu no jornal “O Ajuricaba”. Oldemar Hoffmann, jornalista relata:

Acontece que, logo em seguida, nos 4 ou 5 meses de jornal, saiu a primeira greve no estado da educação dos professores e foi em Ajuricaba. (...) Eu vi aquilo acontecendo, eu fotografei, era notícia. E aí, quando eu tirei a foto, eu vi a viatura da brigada chegando e como eu tinha carro, saí pela outra rua, e fui pra minha salinha trabalhar (...) Eu tinha deixado a porta encostada e naquilo entrou três brigadianos para dentro, eu tava sentado na cadeira e me jogaram na cara todos aqueles cartazes e eu me assustei. E aí eles diziam: então aqui que é o foco dos subversivos⁷

O episódio desencadeou a crise que meses depois levou ao encerramento das edições do periódico que era encartado juntamente com o jornal “Atualidades” da cidade de Santo Augusto. Oldemar destaca ainda que toda a imprensa se uniu e lhe deu todo o apoio e cobertura neste fato, sendo que o mesmo chegou a ser publicado no jornal “Folha da Tarde” de Porto Alegre. “Eu sentia que toda a imprensa do estado, regional, todos estavam voltados para Ajuricaba, me protegendo. Eu achei aquilo uma coisa fantástica, pôxa eu tão pequenininho, com tanta gente me ajudando (...) isso porque todos os veículos estavam buscando mais liberdade”⁷, relembra.

Porém, o Regime já vinha sofrendo um desgaste. O tempo foi passando e a população começou a perceber que aquele Regime Militar não era o que se esperava para reger o país. Assim se inicia um processo lento e gradual de mobilização social, que culmina em 1982 com o movimento “Diretas Já”. Nesse movimento, a sociedade mostra seu interesse em voltar a participar dos processos políticos do Brasil. Dessa forma, a abertura política passa a ser visualizada por todos e três anos depois, em 1985 o Regime Militar perde suas forças. A população volta a ter direito ao voto e sua esperança se reacende com a eleição de Tancredo Neves. E assim, a imprensa começa a viver um novo período e a escrever uma nova história, tendo que reconfigurar seus métodos e suas ideologias.

Com o processo de abertura política foi necessário dar voz aos ouvintes, os receptores de mensagens: foi necessário, antes de mais nada, que os profissionais da comunicação, os emissores, recuperassem seu direito a ter

⁷ Entrevista pessoal realizada em 02/05/2006

voz sem censura oficial e, situação paradoxalmente mais complexa, aprendessem a ter voz sem autocensura. E para que todos tenham domínio sobre o direito de ter voz é necessário, antes, resgatar a própria cidadania, com seus direitos e deveres. (ORTRIWANO, 1998, p.19)

O Documentário traz relatos, depoimentos e declarações que expõem a realidade regional, sob diversos pontos de vista, nesses 21 anos de Regime Militar. Em doze minutos, a palavra de testemunhas foi essencial para trazer um novo panorama sobre a atuação de dois veículos da mídia impressa regional. Porém, no presente trabalho, procuramos expor apenas os principais pontos tratados no Documentário.

5. Considerações Finais

Com o Documentário Radiofônico “Tiranas Impressões – Um Resgate da mídia impressa regional nos anos de repressão do Regime Militar” foi possível resgatar a lembrança quase esquecida e pouco valorizada dos jornalistas e militares que naquela época viviam um momento político conturbado. Um documentário que deixa para sempre gravada na história, a experiência daqueles que pelos periódicos relatavam as notícias e que hoje protagonizam a própria história. Seus relatos e experiências são lembranças vivas que aos poucos teriam se apagado, como tantas outras que ficaram trancafiadas na lembrança de outros cidadãos.

Para os estudos de comunicação, esta experiência comprova a eficiência do rádio, como meio de divulgação e disseminação da cultura. Um meio, capaz de transformar simples lembranças de personagens esquecidos, em verdadeiros tesouros da história. Eterniza no tempo e no espaço, memórias por elas vivenciadas.

Com esse resgate, experiências da mídia regional irão perpassar décadas e futuramente servirão de documentos para a análise e compreensão do contexto histórico, servindo também, para o entendimento da presente e futura sociedade. Com as experiências relatadas no Documentário Radiofônico, “Tiranas Impressões – Um Resgate da mídia impressa regional nos anos de repressão do Regime Militar”, percebemos as diversas formas de atuação da censura e como ela prejudicava a divulgação das informações.

A repressão militar na imprensa ia muito além da censura nas redações, como a pressão externa que exercia sobre a sociedade civil. A falta de apoio dos patrocinadores aos meios de comunicação da época é um exemplo. O poder militar exercia inteligentemente suas táticas de

repressão e boicote à imprensa. Aqueles meios que não se opunham ao Regime permaneciam ilesos e seguiam sua rotina diária de trabalho tranqüilamente sem “perceberem” a Ditadura.

E, mesmo quando a Ditadura Militar estava em processo de abertura política, a repressão se fez presente. Isso foi claramente percebido no relato do jornalista Oldemar Hoffmann, que apesar de ter conseguido noticiar a greve dos professores e o protesto dos alunos, tempos mais tarde se viu obrigado a fechar o seu jornal, devido a uma série de fatores ligados diretamente ao Regime Militar.

Trazer à tona vivências do Período Militar esclarece sobre o contexto profissional e até mesmo sócio-cultural em que vivemos atualmente. Toda a questão que cerca conceitos sobre Liberdade de Imprensa, censura e a filiação dos jornais a posições políticas partidárias e ideológicas são alguns dos fatos que podem ser relacionados ao Regime. E essa compreensão nos torna mais conscientes do papel do jornalista na configuração histórica da sociedade.

Não pretendemos, com este trabalho esgotar a discussão sobre a atuação da imprensa no Regime Militar, mas contribuir para a imersão de novos olhares e pontos de discussão sobre esta temática. Resgatar a memória da imprensa é também resgatar a história da sociedade. Sem memória, a sociedade perde seu guia. Sem história, um povo perde sua identidade. E, conseqüentemente, sem a imprensa, a sociedade perde parte de si mesma.

5. Referências Bibliográficas

BARBIAN, Hilário. **O Contexto Histórico do Regime Militar**. Ijuí/RS, maio 2006. Registro para pesquisa referente ao fazer jornalístico regional durante o Regime Militar. Entrevista concedida a Daniele Saifert Picoli e Estela Maria Hoffmann.

BINDÉ, Ademar Campos. **Jornalismo Impresso Regional no Regime Militar**. Ijuí/RS, maio 2006. Registro para pesquisa referente ao fazer jornalístico regional durante o Regime Militar. Entrevista concedida a Daniele Saifert Picoli e Estela Maria Hoffmann.

CORRÊA, Adalberto. **O Regime Militar**. Ajuricaba/RS, maio 2006. Registro para pesquisa referente ao fazer jornalístico regional durante o Regime Militar. Entrevista concedida a Daniele Saifert Picoli e Estela Maria Hoffmann.

COSTA, Gilberto; NOLETO, Pedro. **Chamada à Ação: Manual do Radialista que cobre Educação**. Rio de Janeiro: Inep, 1997.

HENGEMÜLE, Edgard. **História e contexto: O caso de La Salle**. In: A Construção da História – Revista Diálogo. Canoas: Centro Universitário La Salle, nº5, 2004.

HOFFMANN, Oldemar. **Jornalismo Impresso Regional no Regime Militar**. Ijuí/RS, maio 2006. Registro para pesquisa referente ao fazer jornalístico regional durante o Regime Militar. Entrevista concedida a Daniele Saifert Picoli e Estela Maria Hoffmann.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários – Nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MARTINS, Sérgio. **A Nova Era do Rádio**. Revista Veja. São Paulo: Abril, 2 de março de 2005.

MCLEISH, Robert. **Produção de Rádio**. São Paulo: Summus, 2001.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio Palanque - fazendo política no ar**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998. IN: <http://www.igutenberg.org/radio25.html> (Consultado em 20/05/2006)

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **Rádio: Interatividade entre rosas e espinhos**. In: Revista de Estudos sobre práticas de recepção a produtos mediáticos. ECA/USP. São Paulo: Novos Olhares ano 2, 1998

PONTES, Felipe Simão e GADINI, Sérgio Luiz. **Mídia, História e Memória dos Campos Gerais do Paraná - Breve análise histórica do jornalismo impresso na cidade de Ponta Grossa (PR)**. Anais Rede Alcar, 2005.

PRADO, Emílio. **Estrutura da informação radiofônica**. São Paulo: Summus, 1989.